



A REPRODUÇÃO SOCIAL COMO MODO DE RESISTÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE PESQUEIRA DO MOSQUEIRO, ARACAJU (SE)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o modo de reprodução social da comunidade do Mosqueiro (Aracaju, Sergipe). Essa reprodução é baseada na prática da pesca como principal forma de resistência para a permanência no território ocupado e garantia de suas atividades de sobrevivência social, econômica e ambiental. A metodologia adotada consiste em caracterizar de forma dialética, com todas as suas contradições o processo de ocupação no território, estabelecido pelos moradores no decorrer dos tempos e a cultura da pesca como principal mecanismo de estabelecimento de laços de entre os moradores locais com o território ocupado, frente a novos processos sociais estabelecidos na localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade pesqueira; Território; Resistência.

THE SOCIAL REPRODUCTION AS A MEANS OF RESISTANCE: THE HISTORY OF THE FISHING COMMUNITY MOSQUEIRO, ARACAJU (BRAZIL)

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the mode of social reproduction of community Mosqueiro (Aracaju, Brazil). This play is based on the practice of fishing as the main form of resistance to stay in the occupied territory and guarantee their survival activities social, economic and environmental. The methodology consists in defining in a dialectical way, with all its contradictions in the process of occupying territory, established by residents over the course of time and culture fisheries as the main mechanism for establishing ties with locals in the occupied territory, face of new social processes established in the locality.

KEYWORDS: Fishing Community; Territory; Resistance.

Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, Nov, Dez 2011, Jan, Fev, Mar, Abr, 2012.

Anais do 1º Seminário Nacional de Geoecologia e Planejamento Territorial e do 4º Seminário do GEOPLAN

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: Artigos



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.001.0008

Mirsa Mara Barreto Xavier Leite

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6157896519991767>
mirsaleite@yahoo.com

Mário Jorge Silva Santos

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4002008654736357>
mariojorge33@gmail.com

Recebido: 11/04/2012

Aprovado: 30/04/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

LEITE, M. M. B. X.; SANTOS, M. J. S.. A reprodução social como modo de resistência: a trajetória da comunidade pesqueira do Mosqueiro, Aracaju (SE). *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aquidabã, v.5, n.1, p.77-84, 2012.

INTRODUÇÃO

A Comunidade do Mosqueiro está localizada no extremo sul da Zona de Expansão Urbana no Município de Aracaju, segundo o macro-zoneamento da Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAN), tendo como limites a Leste, o Oceano Atlântico; a Oeste, o Canal Santa Maria; e o rio Vaza Barris, a Sul e Sudoeste. Nesse espaço também se encontra inserida a Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza Barris, instituída pelo Decreto Estadual nº 2.795, de 30 de março de 1990, que determina como área de proteção permanente, a ilha localizada na foz do rio Vaza Barris, Ilha do Paraíso (Figura 01).



Figura 01: Rio Vaza Barris: lida diária da pesca legitimando o lugar. **Fonte:** Acervo dos autores, 2007.

O antigo Povoado Mosqueiro, assim denominado, pertenceu ao Município de São Cristóvão, considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil, fato este, que contribuiu na formação de um modo de vida próprio. Conforme aponta Ferreira (1959, p.464): “Em 1956, o Povoado Mosqueiro era considerado aglomerado de São Cristóvão, e sua população compreendia o total de 546 habitantes”.

Tradicionalmente, essa área era ocupada por grandes propriedades rurais, voltadas para o cultivo do coco-da-baía, mandioca, melancia, sendo que, parte dos moradores também é pescadores ou vivia da colheita e descascagem do coco. Por outro lado, é importante ressaltar que ali ocorre exploração petrolífera, economicamente muito importante não só para a região, como para todo o município (FRANÇA, 2005, p.209).

Até 1960, os acessos entre Aracaju e Mosqueiro eram restritos, fazendo com que muitos pescadores se deslocassem a pé, ou em lobos de animais, ou em barcos à vela, pelo canal Santa Maria, para comercializarem seus produtos nos mercados de Aracaju. De acordo com moradores locais, os peixes eram salgados para suportar o tempo de viagem, que em caminhadas chegavam a três dias (LEITE, 2007, P.82).

Na década de 1980, os acessos são facilitados com a construção da Rodovia dos Náufragos, dentre outras melhorias feitas na área. As relações com Aracaju se intensificam, os terrenos se valorizam aumentando a demanda de áreas para construção e despertando em

alguns moradores a chance de obter lucros através da venda de seus lotes ou de parte deles. Moradores da Capital passam a frequentar o Povoado, enquanto veranistas continuam adquirindo terrenos e construindo casas (Figura 02).



Figura 02: Abertura com a Rodovia dos Náufragos. **Fonte:** Acervo dos autores, 2007.

Atualmente, algumas delas se tornaram moradias permanentes, acentuando-se o processo através da especulação imobiliária, que ao longo dos anos vem se efetivando fortemente. A ocupação dessa área vem ocorrendo principalmente nos setores meridionais e nas proximidades das rodovias.

A urbanização ou desruralização da região é observada principalmente em razão da localização geográfica da área - próxima a rios e mar, atraindo a especulação imobiliária voltada para a construção de casas e condomínios fechados de veraneios, embora atualmente estejam se transformando gradativamente em moradias permanentes (Figura 03).



Figura 03: Formas de ocupação do espaço: condomínios fechados à beira-mar
Fonte: Acervo dos autores, 2007.

A ideia de segurança, através do isolamento dos centros urbanos, um ideal de segurança pelo espaço pouco habitado, e a proximidade da natureza conservada, são os principais motivadores para que pessoas com médio a alto poder aquisitivo escolham essas áreas para moradia, o que lhes confere sinônimo de qualidade de vida (FRANÇA, 2005, p.23).

Visto que, mesmo com a falta de infraestrutura local, o poder econômico dessa parcela da sociedade lhe permite o deslocamento sempre que necessário aos locais de comercialização de produtos a sua escolha, bem como a instalação de equipamentos que garantam o isolamento da convivência com pessoas indesejadas (LEITE; MELO & SOUZA, 2007, p.82).

A Comunidade Pesqueira do Mosqueiro: Trajetória, Identidade e Resistência

A pesca como atividade extrativista foi uma das principais atividades laborativas exercidas pelo homem; a pesca em sociedades primitivas, ainda que segundo indicações arqueológicas e etnológicas, ela tenha representado uma importante fonte de alimento em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura (DIEGUES, 1983, p.123).

Essas atividades ao longo dos tempos vêm estabelecendo diferentes relações nas Comunidades.

Conforme Diegues (1983):

Na Idade Média, a importância da pesca praticada inicialmente dentro dos feudos e depois expandida, tinha como função suprir o consumo crescente dos cristãos, se dando dentro de um incentivo a economia pesqueira que teve grande importância naquele momento em algumas regiões como Escandinávia e o Mediterrâneo. Embora haja a evidência que as atividades pesqueiras se dão também dentro do contexto de mercado, da lógica capitalista, observa-se em Comunidades como a do Mosqueiro que a prática, o modo de fazer ainda respeita, nos tempos de hoje, a tradição, o artesanal. (DIEGUES, 1983, p.67)

Por essa razão, os processos de mudanças e, porque não dizer, de desterritorialização em comunidades pesqueiras cujo modo de vida comunitário passa a ser estabelecido a partir de novas condições econômicas, sociais, políticas e culturais merece uma atenção especial, tendo em vista que esse processo transformador implica na perda de importantes referenciais que regem a vida dessas pessoas.

As novas construções residenciais, políticas desenvolvimentistas, a dinâmica do turismo, que a todo tempo cria e recria espaços para o seu desenvolvimento, provocam nessas comunidades inquietações que refletem na forma de suas relações sociais. Estas, intimamente ligadas ao ambiente natural, mas, sobretudo, em grande medida, construída a partir de juízos de valores e crenças que dão significados e direção ao seu modo de vida comunitário.

A Comunidade pesqueira do Mosqueiro possui uma trajetória de existência cuja base de sua sustentação é o território. Nele se constitui a sua cultura, a sua capacidade produtiva. Conforme aponta Diegues (2004, p.65), essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relação de parentesco etc.).

De acordo com Godelier (1984, p.97), “Longe de ser uma instância separada das relações sociais, de ser sua aparência, seu reflexo deformado/deformador, as representações fazem parte das relações sociais desde que essas começam a se formar e são uma das condições de sua

formação”. E conforme esse mesmo autor, essas representações são classificadas em dois tipos, segundo sua função no processo de trabalho:

- a) As representações e os princípios que, como interpretações do real, têm por efeito a organização das formas tomadas pelas diversas atividades materiais (processos de trabalho) e as fases de seu desenvolvimento. São, por exemplo, as taxonomias das plantas, dos animais, dos solos, dos fenômenos climáticos, das regras de fabricação e uso de utensílios, os esquemas de ações materiais e de comportamentos simbólicos;
- b) As representações que explicam por que certas tarefas são reservadas aos homens, às mulheres, aos jovens, ou seja, que legitimam o lugar e a posição dos indivíduos em face das realidades que são permitidas, impostas e proibidas.

Assim, para esse autor, o processo de trabalho comporta, portanto, elementos simbólicos, mediante os quais, os homens não somente agem sobre a natureza visível, mas sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma boa caça. Nesse sentido, a parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto às ações materiais sobre a natureza.

Conforme aponta Diegues (2004, p.65), essas representações não existem apenas no pensamento, mas também são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão. Ainda, conforme Diegues (2004, p.65) existem mitos, valores, normas e interdições comunitárias que regulam o acesso aos recursos naturais, impedindo a sua degradação. Essas normas existem tanto em ecossistemas terrestres (período de interdição da caça) e costeiros (limitação de períodos, acesso aos recursos controlados pelo segredo).

O caiçara tem um comportamento familiarizado com a mata, adentrando-se nela para retirar os recursos de que precisam. Ele também não tem receio de explorar os estuários e lagunas costeiras protegidas com o auxílio das suas técnicas de pesca, mas muitos têm verdadeiro pavor do mar aberto, do ‘mar de fora’, da ‘passagem da barra’, dos naufrágios e desgraças associadas ao oceano que não controla (MOURÃO, 1971 citado por DIEGUES, 2004, p.85).

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações construído pela Comunidade, pois é com base nele e no conhecimento empírico acumulado, que desenvolve seus sistemas tradicionais de manejo.

São saberes passados dos pais para os filhos, incluindo o lidar com as velas dos barcos, com o tecer de uma rede resistente que garanta uma boa pescaria, fartura de peixes vindos do mar e trazidos pela a mão do homem e abençoados pela proteção Divina, numa linguagem própria e comum a todos que sobrevivem nesse e desse ambiente (LEITE; MELO & SOUZA, 2007).

A comunidade obtém, também, o conhecimento sobre as marés, e determinados lugares no rio e no mar onde podem ser encontrados os cardumes, conforme morador local: “Na

passagem de uma maré para outra a gente tem de 45 minutos a 1 hora pra deixar a groseira em certos locais. É pesca garantida” (pescador, 45 anos).

Esta trajetória de conhecimentos demarca uma identidade própria que é alimentada pela cultura pesqueira e busca, através dessa cultura, continuar a existir, embora as condições atuais indiquem as fragilidades dessa atividade no Mosqueiro.

Desse modo, a trajetória percorrida na Comunidade durante o estudo identificou o período em que essa população viveu momentos de total dependência dos recursos naturais em prol da sua sobrevivência, apesar das reais dificuldades que lhes eram impostas no dia-a-dia em vários aspectos: transporte, estrutura de saúde, escolas, dentre outros.

Observado no dia-a-dia daquela população que pouco a pouco abriu concessões para compreender o novo, e, principalmente, porque através dessas concessões almejava garantir que os saberes de seus antepassados não se findassem, mas que resistissem nos meios de sobrevivência, nas rezas, nas danças, na alimentação, nos valores morais, ou seja, num conjunto de atributos, e de referências que os tornam pessoas, que se reconhecem e que têm identidade.

Conforme aponta Diegues (2004, p.88), um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular.

Esse critério remete à questão fundamental da identidade. Esse auto-reconhecimento é frequentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por estas, a exemplo da natureza intocada.

Nesse sentido, observou-se que, com o passar dos anos, o crescimento populacional e as novas relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas no lugar, conduziram ao processo de mudança que apontou uma postura silenciosa e/ou resignada da população.

Esta, por sua vez, sinalizava para a esperança de que aquelas dificuldades do passado viessem a ser sanadas com a presença de novos moradores ou com a intervenção do Estado diante do novo significado que a Comunidade passaria a ter, levando-se em consideração que pessoas ilustres, de grande poder aquisitivo, estavam entre os moradores locais - pescadores, plantadores de cocos, pequenos comerciantes.

Não se pode esquecer de destacar que entre estes moradores locais existiam, há 40 anos, famílias abastadas, proprietárias de boa parte das terras do Mosqueiro (os Maias, Bispos, Terêncio, dentre outras). À medida que seus patriarcas iam morrendo, as terras eram transformadas em lotes, fator que contribuiu consideravelmente para o processo de novas ocupações territoriais.

Assim, alguns moradores da comunidade vislumbraram naquelas mudanças, ou seja, na transformação de Povoado pacato em área inserida na zona de expansão urbana da Capital sergipana, uma forma de inserção da comunidade num contexto maior, com possibilidades de benefícios por meio de políticas públicas que lhes proporcionassem maiores facilidades no dia-a-

dia comunitário, tal qual confirma morador local: *“Custou caro, pois já não há mais sossego no lugar, o Mosqueiro se tornou uma porta aberta para a marginalidade, e o que é pior é que sem o controle das autoridades públicas” (Ex-Pescador, 80 anos).*

Essas mudanças ocorreram, de certo modo, de forma desordenada para os locais, fragilizando os referenciais que os identificavam como iguais.

Conforme salienta Candido (1964, citado DIEGUES, 2004, p.95), os processos de mudança social por que passam essas sociedades tradicionais foram analisados por diversos autores. Um dos principais fatores de mudança é a dificuldade crescente para a mobilidade espacial dos caipiras que antes utilizavam as terras devolutas (gradativamente apropriadas por novos proprietários legais), a maior dependência do mercado urbano, o crescimento demográfico e o aumento do trabalho agrícola assalariado que reduz a margem de tempo disponível para atividades de coleta, caça, pesca e exploração.

Para Queiroz (1973, p.123), o primeiro sintoma da mudança surge na esfera do consumo, pois o camponês passa a consumir mais frequentemente os produtos das cidades. Essas sociedades resistiram mais nas áreas periféricas, mais distantes das cidades. Entretanto, progressivamente são atraídos pela sociedade global moderna, como estrato de situação social inferior.

Nesse sentido, quando comparada com o modo de vida anterior, sua situação de integrado é considerada pior como integrante da sociedade moderna (DIEGUES, 2004, p.95). E é nesse contexto do estranhamento, proveniente da condição social gerada por esse processo de transição, que os traços de resistências se situam e se reforçam nas representações sociais da comunidade, no compromisso, entre os locais, de manter vivos os seus hábitos e, conseqüentemente, o meio natural onde estão situados.

Porque, afastando-se do seu lugar de origem, ou mesmo a se ver transformado/transformador de um novo lugar, implica-se na “impossibilidade de continuar existindo como um grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado” (DIEGUES, 2004, p.78). Para tanto, a consciência existe de que a continuidade da diversidade de culturas humanas é o elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas e democráticas, e, no final das contas, sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que o processo de desterritorialização na Comunidade do Mosqueiro vem acontecendo de forma muito rápida e agressiva para os pescadores locais. Seja nos espaços de reprodução do trabalho, com o fechamento dos portos, dificultando a realização do trabalho. Esse mesmo trabalho que alimenta a cultura e a identidade de ser pescador, de pertencimento ao lugar. Seja na interferência das diversas culturas que se reproduzem na Comunidade por intermédio dos

veranistas, dos caseiros (moradores), dos novos habitantes que estabeleceram costumes diversos, crenças, que diferem da vida comunitária.

Aos pescadores e pescadoras não cabe o enfrentamento direto dessa situação; eles estabelecem estratégias de convivência e domínio de áreas pela atividade da pesca, seja no rio, no mar, ou na cata dos mariscos na maré.

Nesse contexto, é possível observar pescadores, pescadoras resistindo a todo esse movimento contrário a sua cultura por meio da pesca artesanal, da partilha do trabalho, das celebrações religiosas, do respeito à natureza que alimenta e protege toda família no seu modo comunitário de viver e resistir.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A.. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

DIEGUES, A. C.. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C.. **O Mito Moderno Da Natureza Intocada**. 5 ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

FRANÇA, V. L. A.. Os condomínios horizontais fechados na zona de expansão urbana de Aracaju: Uma nova modalidade de segregação. In: FRANÇA, V. L. A.; FALCÓN, M. L.. **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.

GODELIER, M.. **L'idéal et lê matériel**. Paris: Fayard, 1984.

LEITE, M. M. B. X. **Entre o rio e o mar**: educação ambiental para o fortalecimento da comunidade pesqueira do Mosqueiro – Aracaju (SE). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MOURÃO, F.. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.